

Atropelando resistências

Tudo indica que estamos marchando para a implantação do parlamentarismo com mandato de cinco anos. Esta é uma tendência nítida na Constituinte, nos últimos dias. A convicção de que a cúpula militar considera inconveniente a realização de eleições presidenciais em 1988 e a tendência parlamentarista majoritária no PMDB contribuem para viabilizar essa fórmula no plenário da Constituinte.

Diante da possibilidade de uma crise institucional, que resultaria de decisão do plenário em favor da redução do mandato do atual Presidente da República para quatro anos, alguns dos presidencialistas mais importantes do Congresso Constituinte, como os senadores Jarbas Passarinho e Marco Maciel e o deputado Ulysses Guimarães, já admitem uma negociação em torno do regime de gabinete com eleições presidenciais em 89.

Ainda existem resistências notórias. O presidente José Sarney declara formalmente que não entra em qualquer barganha para conseguir o mandato de cinco anos em torno da forma de governo. O ministro Antônio Carlos Magalhães e o líder do PFI na Câmara, deputado José Lourenço, resistem bravamente à negociação em marcha.

A tese desses políticos do PFI é de que a maioria de PMDB planeja dar um golpe de Estado por via legislativa, implantando o parlamentarismo não pela convicção de

que se trata de um sistema de governo capaz de solucionar as nossas tradicionais anomalias institucionais, mas como o caminho mais fácil de conquistar o poder sem correr os riscos de uma eleição presidencial, quando o partido sofreu desgastes irremediáveis pela responsabilidade que tem com a crise nacional.

É verdade que a maioria do PMDB está sendo impulsionada por interesses os mais diversos, principalmente pelo ânimo de chegar ao poder através do caminho mais fácil. O partido ainda não se esqueceu de que o destino subtraiu-lhe a Presidência da República, entregando-a a antigo adversário com quem se aliou para desalojar o regime militar, utilizando as regras por este mesmo prescritas.

Mas o fator que torna praticamente irresistível a fórmula parlamentarista, na qual está embutido o mandato de cinco anos, é a clara perspectiva de confronto com o poder militar, na hipótese de fixação do mandato de quatro anos. A iniciativa tomada pelos ministros militares de considerar inconveniente e prejudicial aos interesses do País a realização de eleições em 88 contribuiu para obrigar os políticos a encontrarem uma saída viável que evite o impasse e o curto-circuito.

O receio do buraco negro institucional e de uma interrupção do processo de transição democrática é que pode fazer com que a fórmula já esboçada atropеле todas as resistências.